

CDU 39(81)

## A ANTROPOLOGIA ENTRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS (\*)

**Gilberto Freyre**  
Antropólogo — Sociólogo

Que relações vêm sendo as de Ciências Sociais, no Brasil, com a realidade social brasileira? Que relações, em particular, as da Antropologia, física e sociocultural, com essa complexa realidade?

Ocorre logo o fato de no Brasil ter se desenvolvido, mais que na França, seu país de origem, um Positivismo Comtiano. Tanto que conseguiu ser ostentado, pela República de 89, na bandeira nacional do Brasil.

Quase o mesmo verificou-se com o Spencerismo, através do apoio que recebeu de Sílvio Romero: discípulo de Tobias Barreto que se desviou um tanto do germanismo, por vezes arbitrariamente exclusivo, do mestre, seguindo, em estudos sociais, dois outros mestres: o inglês Herbert Spencer e o francês Le Play.

Estes, modernos estudos e pensamentos sociais, que se anteciparam em abordar sociocientificamente a realidade brasileira, sem o Positivismo ter, de fato, se abasileirado, ao procurar tornar efetiva sua, talvez, máxima preocupação teórica com relação ao Brasil: a de integrar o Proletário na sociedade nacionalmente brasileira. Entretanto, não foram poucos os adeptos ilustres do Positivismo Comtiano no Brasil do fim do século XIX. Esse **ismo** francês tornou-se mais importante no Brasil, no México e no Chile do que no seu país europeu de origem: a França. Mas sem que dele resultasse

---

(\*) Artigo inédito

obra importante de Ciência ou de Filosofia Social aplicada à situação social brasileira. Apenas estudos paradoxalmente abstratos.

Tais estudos terão se seguido às primeiras indagações sociais, antes intuitivas, que sistematicamente parafilosóficas, em torno de aspectos de uma realidade social brasileira dissimulada ou ostensivamente diferente das clássicas e — essas clássicas, européias — sob principalmente afãs políticos. Os de um José Bonifácio, os de um Frei Caneca, entre eles. Ou principalmente econômicos, como os do Bispo Azeredo Coutinho, e os de Cayru, com os do mestiço pernambucano já, de maneira nada insignificante, tendendo, ainda na primeira metade do século XIX, a ser socioeconômicos.

Essas indagações envolvendo buscas de uma conceituação do que fosse o Brasil, quando ainda colonial ou mal saído da colonização, como sociedade, já que não se definira ainda, entre ocidentais, um conceito de cultura que incluisse outro, de civilização, e esses dois conceitos, em termos espacial e temporalmente nacionais ou prenacionais. Será, entretanto, que nos é lícito tentar análises e interpretações dos começos nacionais do Brasil e de projeções já nacionais sobre esses começos, aplicando-lhes conceitos modernos, como analítica e interpretativamente em retrospecto, à distância, capazes dessa aplicação em situações específicas.

Seria essa aplicação validamente esclarecedora de situações que, tendo se tornado históricas, já continham, entretanto, alguma coisa de socialmente trans-histórica que, como tal, pode ser identificada por estudiosos atuais?

Admitida essa validade, ela nos colocaria em face de situações sociais já vividas susceptíveis de poderem ser consideradas germinais e, assim germinais, geneticamente sociais e, nesse caráter, projetadas em situações futuras. E nos habilitaria a encontrar — repita-se — em José Bonifácio e em Frei Caneca, em Cayru e em Azeredo Coutinho, estudiosos antecipados. Por tais estudiosos, possíveis de ser fatos, potencialmente transfatos, já considerados como tendo sido, de certa maneira, antecipadores de estudiosos sociais susceptíveis de poderem ser classificados como iniciadores indiretos de uma futura sociologia brasileira de caráter genético: estudos indagadores de origens sociais. E quem diz origens diz, certamente, raízes. Diz começos. Diz uma espécie de captação de germens ou de potenciais surpreendidos numas como nebulosas. Seu aparecimento, tidos como efêmeros ou somente pitorescos. E registrados para a época em documen-

tos, por sua vez, susceptíveis de servirem a estudiosos de hoje de valiosas revelações de recorrências, e não apenas ocorrências de caráter social.

Aqui cabe reconhecer-se em testemunhos aparentemente efêmeros, ou somente pitorescos, como registros de recorrências sociais de épocas já remotas de vida social brasileira. Dentre outros, dois serão aqui destacados. Um, os testemunhos, a esse respeito, de viajantes estrangeiros, alguns deles cientistas não sociais ou artistas — botânicos, zoólogos, geógrafos, cartógrafos, desenhistas, pintores — que não transferiram seu poder de observação científica ou pitoresca nesses setores para o setor humano-social, visto ou entrevisto quase socioantropologicamente, suprimindo o futuro estudioso especificamente científico social, de informes valiosos — o caso de um Saint-Hilaire, de um Wallace, de um Bates, de um Spix, de um Martins — completados por testemunhos de simples viajantes como Koster, dotados de quase científicos poderes de observação exata. Fonte magnífica, esses testemunhos, de informes de interesse social.

Dois historiadores ilustres, Alfredo de Carvalho e Afonso de Taunay, aperceberam-se, como historiadores, da importância desses testemunhos para reconstituições históricas de aspectos de passados brasileiros de pouco interesse para historiadores convencionais, voltados para registros, principalmente cronológicos, oficiais, políticos, diplomáticos, financeiros desses passados. Mas, como historiadores, Carvalho e Taunay não acentuaram o que tais testemunhos continham de interesse trans-histórico. De onde a importância do fato de vir a lhes dar relevo, sob perspectiva já socioantropológica, pelo livro **Casa-Grande & Senzala** e pelo autor desse livro em outras das suas produções como **Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso** e também **Um Engenheiro Francês no Brasil, Ingleses no Brasil, Nós e a Europa Germânica**. Livros nos quais se acrescentou a perspectiva de uma história social, como mais importante que a apenas política ou somente econômica, perspectiva ainda mais social: a antroposocial. O que talvez possa ser considerado um pioneirismo brasileiro em dimensão abrangentemente ocidental do que, até as publicações mencionadas, vinham sendo orientações já clássicas em estudos científica ou ortodoxamente sociais.

Inclusive a orientação do ao estudo histórico-social dever corresponder método pura ou ortodoxamente histórico-social. Ao estudo socioantropológico, o método socioantropológico. E assim por diante. A inovação da substituição, em

obra de ciência social aplicada, de um método único e puro, por uma confluência de métodos, foi inovação revolucionariamente brasileira, assinalada como tal pelo crítico francês Jean Pouillon, da equipe de Jean Paul Sartre, na revista de Paris que foi expressão do sartrismo nos seus dias de esplendor. Saudada também na Inglaterra, por Gilbert Phelps. Assinalada nos Estados Unidos por mais de um crítico, inclusive o da **Yale Review**, a lamentar que o “pluralismo metodológico” brasileiro — como o denominou Pouillon — faltasse a uma reinterpretação sistematicamente abrangente da formação social estadunidense.

Dizendo-se o que não se pretende terem faltado aproximações idôneas, da parte de outros autores, brasileiros ou não-brasileiros, à revolucionária abrangência sistemática de perspectivas, acompanhada da de métodos, inaugurada incisiva e sistematicamente por **Casa-Grande & Senzala** e continuada pelo seu autor, noutros dos seus livros. Recorde-se Euclides da Cunha. Lembre-se seu discípulo Alberto Rangel. Destaque-se Alcântara Machado em **Vida e Morte do Bandeirante**. O próprio Oliveira Vianna, em **Populações Meridionais do Brasil**. E não seja esquecido o socioantropologismo de Roquette Pinto.

Lembre-se terem assinalado, em língua francesa, a abrangência brasileira de perspectivas sociais e confluência de métodos para a realização dessas perspectivas. Lucien Febvre e, de modo incisivo, Roland Barthes; na língua inglesa, Frank Tannembaum, em perceptivo prefácio à tradução e publicação nessa língua, de **Sobrados e Mucambos**; Julian Marias, em língua espanhola; Herman Goergen, em língua alemã.

Tal abrangência de perspectivas e de métodos, seus períodos, valorizou, além dos referidos testemunhos de viajantes estrangeiros, fontes até então não utilizadas em estudos sociais. Entre elas, a depois da publicação de **Casa-Grande & Senzala** chamada “história oral”, oficializada academicamente pelo Departamento de História da Universidade de Colúmbia. A também oficializada, depois da publicação de **Casa-Grande & Senzala**, na Universidade de Colúmbia abordagem interdisciplinar — que é o “pluralismo metodológico” senão essa abordagem sistematizada em confluência de métodos? — através dos seminários do tipo Tannembaum. O aproveitamento de documentos pessoais, confidências íntimas, biográficos, autobiográficos, identificando-se história social com a “histoire intime” considerada pelos Goncourt a verdadeira história humana. Explica-se, assim, ter sido pela primeira

vez utilizada de modo cientificamente social em **Casa-Grande & Senzala**, a notável fonte de história confidencialmente íntima representada pela documentação magnífica constituída pelas **Denúncias ao Santo Ofício**, de publicação devida, em grande parte, a Paulo Prado por sugestão de Capistrano de Abreu. E considerada pelo famoso médico psicólogo de Londres, William Sargant, única no Ocidente, como fonte secreta de preciosísimos informes de importância psicossocial vindas do século XVI. Para o médico psicólogo de Londres outro extraordinário valor de **Casa-Grande & Senzala** estaria na utilização sistemática do registro de origens tribais de escravos afro-negros introduzidos no Brasil e trazidos não de uma área só mas de várias: registro levantado, a pedido do autor de **Casa-Grande & Senzala** por então jovem que teve então o início do que seria triunfante atividade de historiador brasileiro de novo tipo: José Antônio Gonsalves de Mello.

O que nos leva a outra nova e inovadora abordagem de origens e desenvolvimentos sociais inaugurada por **Casa-Grande & Senzala**: a utilização, no seu começo, para alguns escandalosa, por tão fora de convenções, de anúncios de jornais brasileiros relativos a escravos.

O próprio fato de considerar-se o anúncio de jornal, informe cientificamente social válido, foi tido por audácia com objetivos talvez sensacionalistas. Pois não se referira, em obra clássica, Oliveira Lima, como historiador brasileiro dos máximos, a primeiro jornal aparecido no Brasil, como historicamente desprezível, por quase só conter anúncios de jornais? Como valorizar-se o anúncio de jornal em pesquisas cientificamente sociais como informe relativo não apenas a fatos porém a transfatos sociais, isto é, valioso não apenas com relação a ocorrências históricas porém a recorrências sociais? Como matéria susceptível não de confrontos quantitativamente estatísticos como qualitativamente indicadores de diferenças entre condições psicossocioculturais de escravos, devido a origens tribais. Origens registradas nesses escravos, antropológicamente, por marcas de dentes — os banguelos, por exemplo — de cortes de cabelo, de sinais míticos nesta ou naquela parte do corpo, ritmos de falas. Assinaladas, em mulheres, por modos de usarem turbante, e mantos. Por característicos físicos e característicos socioculturais que, fugido um escravo, o anúncio a seu respeito constituía ficha antropológicamente identificadora de sua figura física, de sua pessoa humana, do seu próprio tipo de personalidade através de fala, voz, gestos, andar, sorrir. Pode-se dizer do livro **O**

**escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX** que é obra única, em qualquer língua, como análise e interpretação de assunto não só complexo como condicionado por circunstâncias muito peculiares ao modo especialíssimo do Brasil patriarcal, ter sido escravocrata por interessar o esclarecimento — do ponto de vista do escravo com quem o analista se identifique empaticamente — do próprio processo de aculturação sociocultural de seres humanos socializados em membros de cultura específica, transferidos de suas origens a situações, para eles, diferentes das ancestrais e nativas.

Diga-se da empatia como parte de método socioantropológico ou sociológico que vá além de objetivismo com pretensão a absoluto e, sob essa pretensão, exemplar na sua cientificidade, que corresponde à superação desse objetivismo por um transobjetivismo que reclama, em ciências do Homem e para o trato de assuntos próprios dessas ciências, a procura de compreensão de tais assuntos como também sujeitos e não como puros objetos. É uma perspectiva — a empática — a que recorreu o autor de **Casa-Grande & Senzala** ao procurar juntar à compreensão de reações, partidas de componentes de casas-grandes, a componentes de senzalas, o contrário completar: reações de componentes de senzalas a componentes de casas-grandes. E a que vem recorrendo em estudos posteriores a esse, na sua obra germinal. Inclusive no referido **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Na verdade, em todas as suas tentativas de análise e de interpretação do material, por tanto tempo ignorado e, por ignorado, desprezado, que os anúncios de jornais representam. Material que se refere a seres humanos um tanto como objetos, é certo. Mas esses objetos contendo sujeitos e, portanto, indivíduos biológicos socializados em pessoas e aculturados em participantes, portadores, expoentes e, alguns, criadores de culturas específicas.

Sob perspectiva empática, o analista pode chegar a compreensões que, sendo em parte imaginativas, podem tornar-se transobjetivas, de tais sujeitos dos quais palavras, gestos, silêncios, expressões fisionômicas, modos de falar, modos de andar, modos de sorrir, dos quais se tenham registros exatos, sejam revelações de tipos de personalidade ou de formas de comportamento gerais ou de reações a impactos traumatizantes a que pertençam ou das quais sejam projeções.

Quanto um anúncio de escravo fugido o apresenta como “muito político no falar”, um traço de personalidade é apresentado, desse escravo, através de um aspecto como que

gravado — fotografado ou fonogravado — não só da sua aparência como do seu comportamento. Simplesmente através de aparências e através de formas de comportamentos — talvez supervalorizados por **behavioristas** a ponto de alguns deles pretenderem para as chamadas “ciências do Homem” ou “ciências sociais” ou “ciências culturais” que sejam denominadas “ciências de comportamento” — a perspectiva empática pode chegar a compreensões validamente socioantropológicas. E o que aqui se sugere dessas compreensões em geral pode-se particularizar de uma sociolinguística que, oficialmente, datando, como ciência, da década cinqüenta, já pode ser encontrada antecipação brasileira da década trinta: a que consta do referido livro **Casa-Grande & Senzala**. Testemunho de não virem sendo os estudiosos brasileiros de assuntos psicossocioculturais simples espectadores ou adaptadores de criações vindas, nesse complexo setor, da Europa e dos Estados Unidos, porém inventores, iniciadores, descobridores daqueles “novos caminhos” nesse setor, aliás, já reconhecidos pela Sorbonne.

O assunto veio à tona em reunião, há dois anos, do Conselho Federal de Cultura, quando o então e brilhante Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, Aloísio Magalhães, membro, em função do seu alto cargo, leu relatório como que oficial, do que deviam ser considerados antecedentes do mesmo Conselho — antecedentes de modernos estudos e modernas iniciativas em setores cientificamente socioculturais brasileiros — antecedentes de estudos e realizações mais expressivas, socioculturais, do Brasil. O que provocou retificações da parte do então membro brasileiro de Pernambuco no Conselho.

Concordo em que a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — disse eu — depois Instituto e, agora elevado a órgão superior de defesa da Memória Nacional — representou “a primeira tomada de consciência do Brasil em relação a seu patrimônio cultural” proclamada como que oficiosamente pelo **Jornal do Brasil**. Mas só em termos ostensiva e oficialmente nacionais. Sem nos esquecermos de que a iniciativa assim ampla foi precedida pela criação, antes de 1930, de efetivos — e não decorativos ou aparentes — serviços nacionalmente, brasileiroamente, criativamente regionais com esse fim, nos Estados da Bahia — iniciativa do Governador Goes Calmon — e de Pernambuco — iniciativa do Governador Estácio Coimbra. Precedências hon-

rosas para esses Estados, detentores, aliás, de valores históricos e artísticos regionais de considerável importância nacional e até — é opinião de observadores da Unesco — internacional. Em ambos os casos, tais iniciativas teriam resultado de empenhos, nesse sentido, tanto do Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista, da década 20 — Movimento que teve seu centro no Recife e promoveu um Congresso Regionalista aí reunido em 1926 — como de intelectuais que, desde o começo da mesma década, se destacaram por esforços no sentido de uma sistemática defesa, no Brasil, de tais valores. Deles podem ser recordados, do Recife, o jurista Luís Cedro Carneiro Leão, que, como Deputado Federal por Pernambuco, chegou a apresentar à Câmara projeto pioneiro cuidando do assunto, e os também pernambucanos José Mariano Filho, apologista da arquitetura colonial brasileira, Carlos Lyra Filho, diretor do **Diário de Pernambuco**, e o, a seu pedido, organizador de 1924 a 1925 de um livro comemorativo do 1º centenário desse jornal, publicado em 1925. Esse livro reúne matéria, também pioneira, inclusive desenhos do admirável artista Manoel Bandeira, ligada ao patrimônio histórico e artístico da região Nordeste.

Além do que, clamou esse intelectual, em sucessivos artigos de jornal, de 1918 a 1926 — hoje reunidos no livro **Tempo de Aprendiz** — pela necessidade da defesa desse patrimônio: desde as igrejas barrocas, os sobrados luso-mouriscos com seus abalcoados e fontes de Olinda, os portões antigos de ferro e as janelas também antigas do Recife, até o primeiro inventário realizado, no Brasil, com critério etnográfico, da arte da renda no Nordeste e a defesa da árvore e da planta regional na arborização de ruas e praças. É justo que tais pioneiros sejam recordados, tanto mais quanto, ao organizar-se no Rio de Janeiro aquele Serviço Nacional — iniciativa do então Ministro Gustavo Capanema que, para articulá-la, valeu-se da lúcida inteligência de Rodrigo Melo Franco de Andrade — este, por sua vez, convocou para auxiliá-lo nesse esforço de articulação não só, como tem sido merecidamente destacado, o paulista Mário de Andrade, já então famoso pelo seu **Noturno de Belo Horizonte**, como aquele intelectual pernambucano que, pelo **Diário de Pernambuco**, vinha se dedicando ao assunto e reunindo vasto material pictórico e fotográfico sobre arquitetura de mobiliário, prataria, louça, quer de casas-grandes e sobrados antigos, além — saliente-se — de exemplares, então pouco valorizados, de artesanato do Nordeste: quer de casas de caboclo e até mucambos, devendo-se

notar que a primeira publicação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional seria, em 1937 — estudo de antropologia cultural saída pioneiramente do Recife — sobre “Mucambos do Nordeste”, como expressão de criatividade de todo rústica e anônima em arte de habitação.

A propósito do que destaque-se que uma das originalidades do Museu de Antropologia do antigo Instituto, hoje Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, é a sua coleção de madeiras, ferro, cerâmica, telhas, tijolos, que vêm sendo usadas na região para a construção de vários tipos, nobres e rústicos, de residência, ao lado de vegetais, folhas, cipós, utilizados. Outra: a de iluminária popular ou rústica regional. Ainda outra a de **ex-votos** regionais relativos não só a partes do corpo humano como a casas e também a animais (cascos, patas, etc.), plantas (espigas de milho, etc.) e até máquinas (moendas de engenhocas, etc.). Não há notícia de coleção igual a esta em qualquer museu antropológico: foi o Brasil o primeiro país a dar essa dimensão aos significados socioculturais da arte e da mística do **ex-voto**.

Com relação ao Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista, que irradiou do Recife desde os primeiros anos da década 20, convém que se lembre palavras do seu principal organizador em prefácio a uma das edições do **Manifesto ou Pronunciamento Regionalista** vindo de 1926, embora só publicado em livro em 1952. Segundo esse depoimento, é “impossível traçar-se a história dessa cultura, nos últimos decênios, sem se dar atenção especial àquele movimento”. Regionalismo tradicionalista a seu modo modernista: mas de todo independente do “Modernismo” Rio—São Paulo, do qual tanto se fala, às vezes esquecendo-se esse outro movimento da mesma época, saído do Recife e o seu chamado “Manifesto Regionalista”, apresentado — como pronunciamento que definisse suas orientações — ao Congresso Regionalista organizado no Recife em 1926. Já então o Movimento se vinha desenvolvendo — repita-se — há alguns anos: desde 23 ou 24. Talvez se possa dizer que desde 1918.

Um dos valores regionais-tradicionais brasileiros a que o Movimento do Recife deu um relevo, para a época, escandaloso — tal o conceito predominante do que fosse valor dinamicamente cultural ou histórico-cultural — foi o constituído pela cozinha (principalmente a afro-brasileira) e pela doçaria e confeitaria das senhoras de engenho e das negras de tabuleiro do Nordeste tendo a esse respeito um dos seus participantes reunido em pesquisa socioantropológica pioneirissi-

ma, expressivo número de receitas. Algumas dessas receitas, secretas, quer de velhas famílias tradicionais da região, quer — lembre-se — de xangôs ou candomblés. As primeiras seriam publicadas em livro com o título **Açúcar**, de autoria de um dos organizadores do Movimento.

E mais: O Movimento pretendeu influir sobre modas, isto é, vestido, sapato, adorno, jóias, perfumes, e sobre medicina. Medicina, através da defesa do uso de plantas tropicais e também de assimilação de conhecimentos paramédicos e higiênicos de ameríndios, de africanos e de gente do povo. Note-se que do Recife surgiria uma ecológica Sociologia da Medicina: obra que traduzida ao italiano teria repercussão européia. Influir — como viria a influir sobre pintura, escultura, arquitetura, móvel, cerâmica, jardim, paisagem.

Ainda: pretendia-se que se dessem novas formas a essas tradições de cultura, assim como à música — menos preocupados, entretanto, com a música, que viria a ter, em anos recentes, pesquisador especializado magistral: o Padre Jaime Diniz — do que com essas outras artes: uma sua deficiência. Mesmo com essa deficiência quanto a música e teatro, rompeu o Recife, desde a década 20, com as convenções e com a passiva subordinação absoluta a modelos estrangeiros e unindo-se a essas novas valorizações (algumas o seu tanto expressionista na ênfase dada a impulsos de dentro para fora, neutralizantes do excesso dos de fora para dentro: impulsos tropicalizantes de aliás valiosíssimas importações de valores europeus) a reinterpretação, a interpretação e a utilização de motivações e de motivos brasileiros, regionais, populares e não populares, telúricos, tropicais, que dessem vigor ecológico e visão ecológica às relações do homem com o ambiente regional. Este foi um dos pioneirismos dos renovadores recifenses.

Dentro desse critério, clamou-se pioneiramente no Recife desde a década 20 — leia-se a respeito o chamado **Livro do Nordeste**, elaborado de 1923 a 1924 e publicado no Recife em 1925 e agora em nova edição, fac-similada: iniciativa valiosa do Professor Mauro Mota como diretor do Arquivo do Estado de Pernambuco — por uma arte brasileira de mural que ultrapassasse a mexicana na glorificação de homens e de expressões regionais brasileiras de trabalho (trabalhadores de canaviais, de cafezais, de seringais, de engenhos de açúcar, de fazendas de gado, de portos e docas e se extremasse até noutra glorificação, a da mulher mestiça, tropical, das várias regiões do Brasil mais mestiçadas, consideradas as várias

sugestões plásticas e de cor — sensualmente estéticas — da mestiçagem). Daí ter inspirado, neste particular, vários pintores “modernistas” no Brasil — talvez o próprio e admirável Emiliano Di Cavalcanti — tendo um autorizado crítico estrangeiro de arte, o Professor Robert Smith, destacado a influência do Recife assim pioneiro sobre os motivos regionais e tradicionais da arte modernista de mural de Cândido Portinari. Influência que, no Recife, madrugou com outros pintores “modernistas” — recifenses educados em Paris — como Fédora, Vicente e Joaquim do Rego Monteiro: este ativo participante do movimento recifense da década 20 como estilizador, em desenhos publicados no referido **Livro do Nordeste** — conforme já se recordou — de folhas de mamoeiro — e que se manifestaria em Cícero Dias, Manoel Bandeira (pintor e ilustrador magnífico daquele livro), Luís Jardim, Lula Cardoso Ayres, Francisco Brennand, João Câmara, Ladjane, Maria Carmen, Rosa Maria, Elezior Xavier. Tendência que se faria sentir também em “novos” e “novíssimos” renovadores do teatro — no de Ariano Suassuna, no de José Carlos Cavalcanti Borges, no de Hermilo Borba Filho — e, é evidente, no pensamento e na metodologia e na temática de estudos sociais. Um desses estudos, **Ideologia dos Poetas Populares do Nordeste**, de Renato Carneiro Campos. Outro, o já clássico **Tempo dos Flamengos**, de Gonsalves de Mello. Ainda outros, a **Língua do Nordeste**, de Mário Marroquim e **Os Indígenas do Nordeste**, de Estevão Pinto. **O Banguê em Alagoas**, de Manuel Diégues. **O Guia da Cidade da Paraíba**, de Ademar Vidal. O de Salvador da Bahia, de Jorge Amado. O de Belém do Pará, de Leandro Tocantins. E mais, **Faculdade de Direito do Recife: traços de sua história**, de Odilon Nestor (dando relevo especial, por sugestão do Movimento Regionalista, à figura do estudante), predecessor de admirável estudo recente do Professor Nilo Pereira e das também admiráveis reinterpretações de sentido filosófico-social do Professor Gláucio Veiga. Isto sem se deixar de recordar ter essa influência se projetado no chamado romance social do Nordeste, iniciado a seu modo com **A Bagaceira**, de José Américo de Almeida. e depois desse início singular, tão expressivamente regionalista e tradicionalista, nas novelas de José Lins do Rego, Amando Fontes, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Luís Jardim, José Condé, todos mais ou menos tocados pela influência recifense. E, ainda, no conto — principalmente nos de Luís Jardim e José Carlos Cavalcanti Borges, também notável como teatrólogo especializado em assuntos regionais.

E, ainda, na poesia de Jorge de Lima da fase de **Essa Nega Fulô**. Na de Ascenço Ferreira: muito telúrica sem ter deixado de assimilar o modelo Vachel Lindsay no seu modo de ser poesia cantada diferente do cantar sertanejo. Na do regionalista, tradicionalista, modernista Joaquim Cardozo. Na mais recente, dos tão merecidamente consagrados Mauro Mota e de João Cabral de Melo Neto. Na de Carlos Pena Filho. Em ensaios de um novo tipo na literatura brasileira como **Casa-Grande & Senzala** e o já citado **O Banguê em Alagoas**, e — repita-se o esplendidamente inovador **Tempo dos Flamengos**, de Gonsalves de Mello Neto. Como **Memórias de um Senhor de Engenho**, de Júlio Bello. Nos mais recentes de Sylvio Rabello sobre o artesanato no Nordeste e os pequenos engenhos da região, os de Ulysses Pernambucano Neto sobre arqueologia regional, além dos estudos de Ulysses Pernambucano sobre psicologia ou psiquiatria social, ligada a ambientes regionais, de Gonçalves Fernandes, de Uchoa Cavalcanti; — com relação à ecologia recifense — de René Ribeiro, do já citado Renato Carneiro Campos, sobre Protestantismo no Nordeste rural. De Waldemar Valente com relação a sobrevivências maometanas entre negros do Nordeste: assunto, a cultura afro-brasileira da região, que vem sendo reinterpretado magistralmente, em termos os mais modernos, pelos Professores René Ribeiro e Roberto Motta. De Mário Souto Maior, Estudos sobre temas regionais e tradicionais considerados sob novas ou modernas perspectivas, dentre os quais começa a avultar como de alto porte os do economista-sociólogo Clóvis Cavalcanti.

Destaquem-se, ainda, criações literárias ou ensaios sociológicos ou antropológicos — entre os quais também os de Álvaro Ferraz de antropologia física, ou geográficos — como os de Gilberto Osório, os de Mário Lacerda, Rachel Lins, Manuel Correia — ou históricos, ou autobiográficos aparecidos nas décadas seguintes à 20, nos quais não é difícil surpreender a influência ou o estímulo do Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista: **O Boi Aruá**, de Luís Jardim, que o diga. Que o digam, além do já lembrado **Memórias de um Senhor de Engenho**, de Júlio Bello, **O Cajueiro Nordestino**, de Mauro Mota, **O Sobrado na Paisagem Recifense**, de Aderbal Jurema, **O Negro na Bahia**, de Luís Viana Filho, **O Sentido Social da Revolução Praieira**, de Amaro Quintas. E ainda os brilhantes estudos de sociologia regional de Roberto Cavalcanti e Marcos Vilaça, Sebastião Vila Nova. Os de ecologia biológica de Vasconcelos Sobrinho.

Os estudos de economia regional de Paulo Maciel, os notáveis ensaios da recifense doutorada pela Sorbonne, Maria do Carmo Tavares de Miranda, tão afirmativa quanto o também mestre Luiz Delgado no seu modo de ser Católica ao mesmo tempo universalista e regionalista.

Lembre-se que do Congresso Regionalista de 1926 no Recife participaram arquitetos do Rio de Janeiro, como Nestor de Figueiredo, para quem o Recife estava se antecipando numa para eles ideal modernização da arquitetura brasileira: a que não desprezasse nem a região nem a tradição.

O pintor Lula Cardoso Ayres já destacou, por sua vez, a mesma influência quanto à Pintura. Jorge Amado confessou-se um influenciado pelo Recife. E são hoje vários os restaurantes brasileiros com pratos regionais e tropicais, em reconhecimento da valorização da culinária brasileira empreendida pelo Movimento do Recife. Notável é a cerâmica voltada para motivos regionais de Francisco Brennand. Notável o novo interesse brasileiro pela cerâmica popular do Nordeste: a de Vitalino e a de Severino de Tracunhaém, por exemplo.

Não se deve esquecer terem decorrido de sugestões pioneiras do mesmo Movimento do Recife, nova fase na vida já antiga do jornal **A Província**, do Recife, com o seu provincialismo tão destacado por Manuel Bandeira, poeta, em artigo sobre literatura brasileira na **Enciclopédia Delta**. Foi jornal que teve a colaboração de modernistas ou modernos como Jorge de Lima, Prudente de Moraes Neto, Pontes de Miranda, os dois Manuel Bandeira, José Américo de Almeida, Ribeiro Couto; ao lado da de saudosistas como Júlio Bello.

O Primeiro Congresso de Estudos Afro-Brasileiros, iniciando em 1934 a valorização da presença do negro africano na cultura e na vida brasileiras e rompendo com a africanologia de Nina Rodrigues, para quem o negro era biologicamente inferior (um Nina seguido por algum tempo por Artur Ramos), foi outra repercussão importante do Movimento renovador surgido no Recife no começo da década 20. Importantíssima.

Traços de parentesco com o ideário do mesmo Movimento já foi recordado que se encontram por antecipação no **Livro do Nordeste** comemorativo do primeiro centenário do **Diário de Pernambuco**: inclusive na publicação neste livro,

quer de desenhos arrojadamente modernistas, sobre assuntos regionais, de Joaquim do Rego Monteiro e de Joaquim Cardozo, quer nos mais conservadores que inovadores de Manoel Bandeira. Vários — dos de Manoel Bandeira — baseados, como os de janelas e portões antigos, os de tipos de mulheres mestiças notáveis pela beleza e pela graça, em fotografias de Ulysses Freyre e José Maria de Albuquerque. Pois o Movimento da década 20 avivou o gosto pelas fotografias de coisas regionais e tradicionais, que também se manifestaria, como arte, em Lula Cardoso Ayres e Benício Dias, já nas décadas 30 e 40 e seguintes.

Já se mencionou a Escola de Psiquiatria Social surgida no Recife através de Ulysses Pernambucano com a colaboração de amigo antropólogo, como projeção do Movimento renovador da década 20. Projeção sua seria também a pioneiríssima primeira cátedra da Sociologia moderna acompanhada de pesquisa de campo, criada em 1927 na Escola Normal do Estado de Pernambuco, pelo então Governador Estácio Coimbra — tão influenciado pelo Movimento — à qual se seguiria a de Antropologia Sócio-Cultural, fundada na Universidade Federal de Pernambuco por Anísio Teixeira e pela qual seria responsável homem do Recife. Cátedra que foi a primeira do seu gênero na América Latina, à qual se ligou a de Psicologia Social confiada ao depois eminente e sempre admirável Artur Ramos, contanto que ampliasse em ecológica sua orientação até então exclusivamente psicanalítica e igualmente ampliasse a sua atitude em face do negro, também até então conforme a de Nina Rodrigues, para quem o negro era, como raça, inferior. Recorde-se que foi também como projeção do ideário do Movimento do Recife que em sua tradicional Faculdade de Direito se inaugurou no começo da década 30 um curso também pioneiro, em Faculdade de Direito do País, de Sociologia moderna e esta de base antropológica e incluindo uma então desconhecida Sociologia do Direito (relacionada com sugestões ecológicas de comportamento e de cultura). Acentue-se ainda que do Movimento Regionalista Tradicionalista do Recife é que surgiram, de modo mais específico, quer a idéia de criar-se no Brasil — trabalho apresentado por Luís Cedro Carneiro Leão — um órgão para a defesa de valores históricos, artísticos e paisagísticos regionais, quer a idéia, que igualmente surgiu então no Recife, com Alfredo Morais Coutinho, discípulo de Roquette Pinto, e superando planos de planejamento apenas urbano, através de pla-

nejamentos regionais (urbanos, portanto, com a defesa do verde agreste e ecológico). Mais: do Movimento do Recife pode-se sugerir que reavivou no Nordeste a tendência para um jornalismo menos reflexo passivo do metropolitano e mais expressão da vida e das preocupações de cultura regionais. Tipo de jornalismo em que se destacariam participantes do Movimento na década 20.

Se se recordam repercussões do Movimento Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista, do Recife, aparentemente sem ligação com o conceito sociológico de "bem cultural" que agora está sendo tão oportunamente posto em foco em jornais e semanários, é que essa ligação não deixou de verificar-se, caracterizando um movimento que ao projetar-se com ânimo renovador sobre formas eruditas de cultura regional e através dessa cultura regional, sobre a nacional, nunca se fechou em eruditismo: sempre se mostrou atento tanto a inspirações populares sobre expressões eruditas de cultura que devessem ser renovadas como a sugestões eruditas que pudessem estimular novas expressões de arte não-erudita que não degenerassem em popularescas.

O que hoje se apresenta como um tipo nacionalmente brasileiro de sociedade e de cultura tanto resulta do que se pode considerar, nesse conjunto, sua predominante civilidade como sua sobrevivente primitividade: um complexo sociocultural antropológico nada insignificante. Para este concorreu grandemente o afro-negro. Para o que há de positivo, nessa sobrevivente primitividade, continua a concorrer o que o brasileiro, desde quando pré-brasileiro, vem conservando, assimilando, desenvolvendo tanto de cultura teluricamente, ecologicamente, criativamente, ameríndia, e como tal, tropical, como do misto de primitividade e de civilidade ibéricos e afro-negros aqui abasileirados.

Este um dos característicos do grande e, pode-se dizer triunfante experimento brasileiro: o de vir combinando civilidade e primitividade nas suas formas de vivência e convivência. Nas suas expressões de cultura nacional. Na sua música, na sua cerâmica, em parte da sua pintura, em parte da sua literatura, na sua culinária.

No brasileiro de hoje que, civilizado, prefere dormir ameríndianamente em rede, deliciar-se ameríndianamente em

substituir trigo por mandioca, comer africanamente, com igual delícia, acarajé, está um civilizado que junta à sua predominante civilidade, sobrevivências, para ele, quase volutuosas, de primitividade. A primitividade que o espanhol, parente de brasileiro, Picasso procurou em inspirações afro-negras, para sua modernizadora pintura. Que o brasileiro juntou à modernidade de sua música, desenvolvida de telúrica em erudita por H. Villa-Lobos genialmente. A que dá ao futebol brasileiro, pelo que nele é mais dança dionisíaca do que jogo apolineamente britânico, o caráter de, no setor esportivo, vir sendo, como a música e a culinária noutros setores, revolução brasileira antropológica.